

ÉTICA DO CUIDADO X ÉTICA DA JUSTIÇA: O OLHAR FEMININO DE ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE

Falcade-Pereira, Ires Aparecida

Universidade Federal do Paraná

iresfalcade@hotmail.com

Asinelli-Luz, Araci

Universidade Federal do Paraná

asinelli@ufpr.br

Palavras-chave: ética do cuidado, ética da justiça, gênero, estudantes privadas de liberdade, desenvolvimento humano.

1. Introdução

Esta pesquisa aborda pela ética do cuidado, o pensar, o agir e o existir feminino no cotidiano de mulheres privadas de liberdade e que estejam frequentando a escola junto ao sistema penitenciário do Paraná. Acreditamos que a escolarização é um diferencial importante na vida de mulheres presas, permitindo-lhes o repensar enquanto seres históricos nas questões relativas ao cuidado e à justiça. Teve como pressuposto que a ética do cuidado pode vir a contribuir para as indagações apresentadas no tratamento de mulheres em privação de liberdade, percebidas no contexto da educação, como real possibilidade de contribuição no desenvolvimento humano presente e futuro. Houve também a intenção de repensar as questões de gênero que se apresentam mascaradas diante da lei de igualdade entre todos, invisibilizada nas relações diárias. A história nos mostra que o sistema de sociedade e relações é sexista¹, onde o modelo masculino é o padrão.

“[...] formas de controle social, à herança patriarcal, à aplicação do direito pelo âmbito moral, entre outros, que se reproduzem, em uma instituição” (Santa Rita, 2007, p.32).

Mesmo diante das dificuldades e resistências sociais apresentadas, a sociedade começa, tanto fora como dentro das paredes do cárcere, a manifestar-se pela insistência do reconhecimento dos direitos humanos dos/as encarcerados/as como sujeitos de direitos e cuidados. Tendo em vista esta realidade, esta pesquisa se propôs a verificar como as mulheres estudantes em privação de liberdade percebiam as questões da ética do cuidado e da ética da justiça, manifestadas ao longo de sua vida, inclusive no cárcere. A pesquisa, dirigida às internas do CMP2 (Complexo Médico Penal) atendidas pelo Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos Dr. Mário Faraco – CEEBJA Dr. Mario Faraco, teve como referenciais as Teorias da Ética do cuidado, de Gilligan (1990) e da justiça de Kohlberg (1989), enquanto pressupostos da Educação Moral, e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner (1996) proporcionando a análise sistêmica e complexa que o tema exige.

Como objetivos específicos a pesquisa se propôs a:

1. Descrever o perfil das mulheres privadas de liberdade internas no CMP que frequentam a escola no Sistema Penitenciário, os motivos que as levaram à privação de liberdade, bem como as manifestações de autoestima e autoconceito;
2. Investigar qual a representação que as mulheres em privação de liberdade têm das questões de cuidado e justiça como habilidades humanas;
3. Avaliar as transições ecológicas vivenciadas pelas estudantes detentas e sua repercussão no seu desenvolvimento no que tange ao cuidado e à justiça;
4. Contextualizar a teoria da ética do cuidado e a ética da justiça junto a mulheres em privação de liberdade que frequentam a escola.

¹ O caráter de invisibilidade do feminino dentro do cárcere é superior ao vivido fora das paredes e grades.

² O CMP é a única unidade prisional de atendimento médico, psiquiátrico e psicológico especializado em todo o Complexo penitenciário do estado do Paraná. Atende homens e mulheres em condição de privação de liberdade, regime fechado, que necessitam de tratamento e acompanhamento especializado. Normalmente as pessoas que estão neste espaço cumprem medida de segurança para tratamento por terem cometido crimes influenciados ou decorrentes dos Transtornos Globais de Desenvolvimento (psicoses, esquizofrenia, psicopatias, dependência de drogas, dentre outros).

Ao determinarmos o foco da investigação, estabelecendo os contornos do estudo, partimos para a coleta dos dados utilizando instrumentos variados, ampliando a possibilidade de descrever e explorar as qualidades das inter-relações que são possíveis no sistema prisional e sua relação com as perspectivas do cuidado e da justiça. Durante a pesquisa, o movimento teoria-prática foi constante: a exposição do estudo e sua importância junto aos setores envolvidos, o convite aos sujeitos da pesquisa para sua participação voluntária, as autorizações e preparação do campo, a coleta de dados diversificada e em diferentes momentos, a análise sistemática dos dados coletados, a realização do relatório e o ajuste das estratégias de busca de informações.

Desta feita, explorando diferentes possibilidades de obtenção de dados e sua descrição à luz da bioecologia do desenvolvimento humano enquanto abordagem da complexidade, a pesquisa qualitativa nos permitiu interpretar e analisar os dados, individual e coletivamente, buscando seus significados, bem como a identificação de caminhos, na perspectiva de gênero, para a ética do cuidado e da justiça no cárcere.

O microssistema³ escola encontra-se distante dos demais microssistemas que compõem o espaço geográfico de convivência social mais amplo do sistema penitenciário, ficando restrito às relações internas dos estudantes e profissionais da educação que atuam no sistema prisional. Por estar isolado, tem pouca interferência dos familiares e sociedade como um todo. Nele atuam os profissionais da educação (professores/as, pedagogos/as, técnico-administrativos e pessoal de apoio) específicos para o sistema penitenciário e que interagem, quando necessário, com as unidades de saúde e justiça dentro e fora do espaço prisional.

Os sujeitos da pesquisa pertencem ao grupo de população vulnerável e por ser pesquisa que envolve seres humanos foi avaliada pelo Comitê de Ética da UFPR sob o parecer CAEE: 09204612.0.0000.0102. As mulheres participantes da pesquisa apresentavam no período de coleta de dados quadro clínico favorável para responder por si só aos instrumentos, mesmo que algumas delas ainda necessitassem do uso de medicamentos.

2. As mulheres da vez e da voz

Constituiu o estudo de caso o conjunto de 10 mulheres presas no CMP que, na condição de estudantes, completavam o módulo de Ciências e ou Biologia⁴ por ocasião da pesquisa. Os nomes de identificação das participantes da pesquisa são nomes fantasia/fictícios e foram escolhidos pelas próprias pesquisadas para lhes garantir o anonimato. Estes nomes só aparecerão quando os dados forem relativos ao questionário e à narrativa. Nas sessões do grupo focal, os nomes não aparecerão, pois o *corpus* da pesquisa nesta fase representa o coletivo das estudantes em privação de liberdade.

Conforme é possível visualizar no cuadro nº 1, as dez mulheres estudantes participantes da pesquisa possuem idades entre 24 e 43 anos; quanto ao estado civil, a maioria (seis) foi casada ou teve um relacionamento fixo; atualmente estão separadas e/ou divorciadas, embora três delas se declarassem solteiras.

Duas são solteiras, pois nunca tiveram um compromisso ou relacionamento fixo de morar junto com o companheiro; uma é casada e uma é viúva. Dentre elas, nove (9) têm filhos/as; só uma não é mãe. Em relação ao grau de escolaridade, três estão cursando o Ensino Médio e sete o Ensino Fundamental. Atualmente todas se encontram regularmente matriculadas no CEEBJA Dr. Mário Faraco. O quadro 1 mostra a baixa qualificação profissional (duas profissionais do sexo, duas manicures, uma balconista, uma pensionista, uma atendente de telemarketing, duas do lar), a informalidade do mercado de trabalho⁵ onde atuam e a ligação com o tráfico de drogas como elo da criminalidade da maioria, aliado ao furto, ao roubo ou ao homicídio (oito mulheres). Apenas uma delas, com 24 anos de idade, apresenta baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto) e sem indicação profissional (apresenta-se como do lar) e tem seu crime relacionado à criança, sem esclarecer sua especificidade. São mulheres jovens, vítimas de violência e discriminadas pela condição de gênero desde sua infância.

³ Bronfenbrenner (2011) na Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano (TBDH) descreve o microssistema como o ambiente dentro do qual o indivíduo está em atividade em um determinado momento de sua vida. Ele é o “complexo de relações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato no qual ela está contida” (p.23).

⁴ As disciplinas de Ciências e Biologia foram ministradas pela professora pesquisadora em momento anterior a esta pesquisa.

⁵ As mulheres quando questionadas sobre sua profissão tiveram dificuldade em identificar e assumir sua profissão ou forma de ganhar a vida.

Quadro nº 1. Caracterização das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Profissão	Artigo/ Crime	Nº de filhos/as
Pipa	33	Ensino médio incompleto	Casada	Manicure	163 – dano qualificado – uso de drogas	4
Drika	38	Ens. médio incompleto	Separada	Vendedora	157 – roubo – uso de drogas	5
Camila	31	Fase II ens. fundamental incompleto	Viúva	Garota de programa/ Prostituição	121- homicídio – uso de drogas	3
Bia	30	Ensino fundamental incompleto	Separada	Do lar	33 – Tráfico de drogas – usuária	Nenhum
Ana	37	Fase II ensino fund. incompleto	Solteira	Manicure	157 – roubo uso e venda de drogas	1
Toco	38	Fase II ensino fund. Incompleto	Separada	Prostituta/ Bailarina	121 – homicídio	1
Camille	25	Ens. médio incompleto	Solteira	Telemarke-ting	33 – tráfico de drogas – usuária	1
Iza	43	Fase II ensino fund. incompleto	Separada	Balconista	157 – roubo uso e venda de drogas	3
Nenê	24	Fase II ensino fund. incompleto	Separada	Do lar	Crime com crianças Não identificado	1
Ninfa	38	Fase II ensino fund. incompleto	Divorciada	Pensionista	157 – Roubo	1

Fonte: a autora

3. Coleta de dados

Para a coleta de dados relativa à pesquisa de campo, conforme já explicitado na metodologia, foram utilizados três diferentes métodos, cada um com sua especificidade, objetivos e instrumento. Antes do preenchimento do questionário relativo à coleta de dados cadastrais, as participantes tiveram acesso às informações necessárias sobre a pesquisa, bem como o acesso ao termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) conforme os procedimentos da ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Foram utilizados três tipos de instrumentos de coleta de dados na pesquisa: questionário, roteiro para o grupo focal e a carta enquanto meio para a narrativa.

No processo de análise dos dados destacamos, numa primeira leitura, chamada de leitura flutuante, os pré-indicadores; numa segunda leitura demarcamos os indicadores que, em análise subsequente, apontaram as categorias e, a partir delas, os quatro núcleos de significação. O Núcleo I: A discriminação de gênero: o cuidado como referência de vida e afeto. O sofrimento como alavanca para mudança (a pessoa); o Núcleo II: A justiça como forma de organização de vida: as drogas como ponto de fuga dos problemas e o caminho do crime (o contexto); o Núcleo III: O trabalho e a escola como alternativas de ressocialização e reinserção social (o processo); Núcleo IV: O pagamento da pena como forma de reinserção e oportunidade de mudança (o tempo), os quais serão explicitados em detalhes na sequência, contemplando os dados apresentados na pesquisa.

O cuadro nº 2 sistematiza, para cada núcleo de significação, a origem dos dados em cada um dos instrumentos de coleta utilizados. Os dados coletados serão identificados de acordo com a legenda que mostra qual dos instrumentos foi utilizado para a coleta do dado. Nas falas das mulheres pesquisadas utilizamos uma legenda identificando de onde o dado foi coletado: **C = carta (narrativa)**, **GF = grupo focal** e **Q = questionário**. Somente os dados coletados nos questionários serão identificados pelo nome fictício escolhido pelas próprias pesquisadas, conforme consta no quadro I que apresenta os sujeitos desta pesquisa. Os dados oriundos do grupo focal e das cartas não serão identificados individualmente.

Quadro nº 2. Coleta de dados

Núcleos identificados	Instrumento de coleta de dados	Dados coletados
Núcleo I – a pessoa	Questionário (questões 1, 2,3,3,5,6,7,8,9,10. Grupo focal (tem 1,2, 11,12) Cartas (escrita de cuidados e descuidos que complementaram os dados) Escala <i>likert</i> (1 a 10)	Cuidados na infância, adolescência e vida adulta; Cuidados desenvolvidos pela família; Cuidados com os filhos; Sentimentos e emoções em relação aos cuidados no cárcere; Sentimentos e emoções de desvalia, sobrecarga, discriminação; Motivos para dar valor às pequenas coisas; Percepções em relação à discriminação por ser mulher; Sentimentos e percepções de si mesma.
Núcleo II – o contexto	Questionário (2,3,6,7,10,11,12,13) Grupo focal (item 3, 4,5,6,7) Cartas (denúncias e dados específicos de cada uma)	Percepção de justiça no cárcere (Brasil); Fatores que contribuíram para estarem presas; As drogas como fator decisivo para entrada no crime.
Núcleo III – o processo	Questionário (4,5,6,14,15) Grupo focal (item 8,9,10,11,12) Cartas (narrativas)	A justiça no cárcere Oportunidades para mudar de vida.
Núcleo IV- o tempo	Questionário (2,4,5,6,13,14) Grupo focal(1,2,7,10, 11) Cartas o reconhecimento	Tomada de consciência para reinserção social; Sentimento em relação ao cumprimento da pena.

4. Sentimentos e emoções em relação aos cuidados no cárcere

O Sistema Penitenciário por si só é um espaço limitador, vulnerável, excludente, insalubre, fechado que vai de encontro ao que apregoa para o desenvolvimento humano. É um sistema bioecológico que se caracteriza como espaço institucional necessário para regular e vigiar a vida dos sujeitos que por ele passam. Normalmente privilegia seu sistema de vigilância constante, como norma de segurança e que nas observações de comportamento diários estabelece novas sanções caso novas transgressões sejam cometidas. O controle penitenciário exercido regularmente força a pessoa encarcerada a apropriar-se de uma cultura própria, rotineira e esmagadora da autoestima e da identidade social. Isso porque seu propósito primeiro é o do cumprimento da pena. Concomitantemente à pena, o trabalho, a educação e outras atividades ligadas ao lazer e ao seu desenvolvimento pessoal, segundo as normas internas de convivência social, são disponibilizados como forma de reinserção social.

Porém, em que pesem os investimentos no Brasil, atualmente suas práticas ainda conduzem para a exclusão social, a discriminação, a falta de oportunidades, o descaso, a lentidão da justiça, um conjunto de fatores que afrontam a dignidade humana das pessoas encarceradas e suas famílias. Quanto aos cuidados recebidos no Sistema Penitenciário, os dados revelam que três das estudantes entrevistadas reconhecem que estão bem, se sentem recuperadas e com novos objetivos de vida. Porém, admitem, junto com as outras participantes, que o tratamento é ruim, desumano em muitos aspectos. Outras três participantes disseram estar usando medicamento, mas concebem isso como algo bom, como exemplo de cuidado.

“- aqui está sendo bom pra mim. Hoje me sinto recuperada e com objetivos em minha vida”.(C)

“- vou fazer de tudo para merecer a liberdade”.(C)

“- As guardas são nossas cuidadoras, as colegas, as companheiras que estão juntas no quarto, a família, Deus”.(GF)

“- Eu hoje precisei de uma injeção e elas me deram então este cuidado é muito importante”.(GF)

“- Uma ajuda a outra, a gente tem espírito de união, a gente é cuidada pelas funcionárias, é cuidada pra não ir embora daqui”.(GF)

Aos cuidados levantados na instituição que aparecem na fala das mulheres, além dos cuidados pessoais, da solidariedade como componente relacional nas díades, o vigiar para não descumprir a norma (e nesse caso aceitando a justiça como cuidado), algumas vezes relatam situações adversas, reclamações e descuidos. Referem-se, em suas falas, à falta de respeito que sentem pela sociedade e pela família, a impossibilidade de contato e afastamento dos familiares e filhos/as, a falta de privacidade, a alimentação ruim, o banho frio, a permanência na instituição após o cumprimento da medida, a demora em liberação, a escassez e deficiência no atendimento técnico especializado (psicológico, psiquiátrico, odontológico, ginecológico, jurídico, assistência social, escolarização e profissionalização).

“- Aqui dentro é uma falta de respeito total com a pessoa da gente”.(GF)

“- A comida é horrível, não dá pra comer, sem tempero, não tem uma salada, muitas vezes é azeda”.(GF)

“- Nosso banho está sendo gelado, não esquenta mais a caldeira faz dias. Outro dia eu peguei uma gripe forte que não sarava mais por causa disso”.(GF)

“- Já cumpri minha pena e ele nunca que me libera, já estou há quatro anos e nada de ir embora. Esse lugar não recupera ninguém, a gente não tem privacidade nenhuma, nem pra tomar um banho”.(GF)

“- Nem ligar pra família a gente consegue, já faz dois meses que ninguém liga mais daqui de dentro. Ficamos abandonadas a própria sorte, sinto falta desse apoio que a família dá pra gente”.(GF)

“- Aqui dentro a gente precisa rezar pra não adoecer, com essa comida a gente fica com a imunidade baixa e pega doença muito fácil”.(GF)

“- Eu acho que o CMP está abandonado pelo estado”.(GF)

“- A comida é péssima, o tratamento praticamente não existe e alguns funcionários nos tratam pior que animais”.(GF)

Ao mesmo tempo em que reclamam de várias situações reconhecem cuidados importantes, com bons resultados dentro do cárcere:

“- Aqui dentro a gente aprende a dar valor às coisas, apesar de o lugar ser horrível e de muito sofrimento, eu aprendi muito aqui dentro, eu amadureci e não quero mais essa vida pra mim”.(C)

“[...] aqui eu me livre da droga. Nossa eu nem acredito quando eu cheguei aqui eu fiquei quase louca, porque tratamento mesmo pra droga eu não tive. Via cobra, falava que era cobra do Mato Grosso que vinha ao meu encontro, chutava, gritava, falava palavrão [...]”.(GF)

“- Eu falo sempre que aqui tem tudo de ruim, mas uma coisa boa que me aconteceu, foi eu ter ficado aqui trancada sem poder fugir, nem usar droga. Foi difícil no começo, quase impossível, sofri muito, porque eu era dependente, hoje eu percebi que eu consigo viver sem a droga e apesar do lugar eu estou a 9 meses sem usar e me sinto bem. Voltei a estudar aqui dentro, sabia mal e mal ler e agora já estou bem adiantada nos meus estudos. Mas eu digo que encontrei boas pessoas que me ajudaram, outras presas que fiz amizade e venci por conta própria [...]”(C)

“- A escola aqui dentro é uma coisa muito boa que acontece na vida da gente [...]”(GF)

As mulheres chegam à instituição fragilizadas, com referências específicas para a sua realidade de exclusão e marginalização. Diante disso a instituição que acolhe estas pessoas, deve tomar esforços infinitos para redimensionar a questão do cuidado. Os cuidados básicos e a educação devem ser os objetivos primários da instituição em face dessas carências e formas específicas de viver a vida.

A análise dos dados resultantes do questionário, onde foi utilizada a escala *Likert* para avaliar a autoestima e a autoconfiança das estudantes em privação de liberdade mostrou que, apesar da vulnerabilidade social a que estiveram expostas, associada à insalubridade e repressão do cárcere, das fragilidades e dificuldades sofridas, a autoestima das mesmas é positiva. Todas concordaram com a afirmativa *“Eu sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas”*.

O objetivo de reinserção social só será atingido se houver a possibilidade de mudança de postura por parte da instituição, da sociedade, das famílias e das próprias estudantes. O espaço penitenciário enquanto espaço bioecológico deverá ser capaz de propiciar e estabelecer a oportunidade para os novos sonhos de vida e romper o ciclo da violência em que as participantes da pesquisa estão inseridas.

Pues no habrá tal proyecto si el sujeto no admite la posibilidad de relacionarse de otra manera con lo social a través de la cultura plural o, dicho em otros términos, de cercionarse de que otras búsquedas y otras alternativas son viables (Pérez, 2010, p.71).

Em vários momentos da pesquisa, as estudantes mulheres afirmaram o desejo de mudança de vida, de valorização da família, da importância da educação em suas vidas, dos sonhos a compartilhar. Para isso, fica explícito o papel do Estado e da sociedade no processo de (re)inserção social da presa. Desenvolvimento de valores, vínculos afetivos e familiares, habilidade profissional e escolarização representam fatores de proteção para as transições ecológicas.

O cuidado com o povo, com os marginalizados e excluídos da sociedade se faz tão necessário quanto fundamental para a evolução da humanidade. O resgate da essência humana passa pelo cuidado. “O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade na compreensão e como obstáculo à eficácia (Boff, 1999, p. 98)”.

A sequência da violação dos direitos do outro, a desconsideração dele como ser humano e cidadão de direitos, discriminando-o, às vezes, por idade, gênero, etnia, religião, orientação sexual ou nível socioeconômico, expressa-se em relações de exclusão, subordinação e desigualdade, que são comumente antecedentes de atos violentos (Lisboa, Koller, 2001 *apud* KOLLER, 2011, p.375).

5. Considerações finais e encaminhamentos

A teoria de Gilligan (1990) apresentada em ‘Uma Voz Diferente’ sugere que a tradição deontológica da teoria moral exclui e desvaloriza a experiência de vida moral específica e afetiva das mulheres. Ela efetuou novos estudos os quais apontaram discrepâncias no paradigma básico do estudo de desenvolvimento do julgamento moral segundo Kohlberg, em relação às mulheres. De início, percebeu que esta teoria era válida apenas para avaliar o desenvolvimento de um dos aspectos da orientação moral, que se centra na ética da justiça e dos direitos. De acordo com suas análises durante a pesquisa, as mulheres, sujeitos da investigação, percebem as contradições onde antes prevalecia a uniformidade e se dão conta ao longo do processo de que há um duplo sentido em seu agir moral. Percebem então a injustiça, a desigualdade, revendo assim os processos antes considerados justos, igualitários e progressistas.

As mulheres privadas de liberdade manifestaram compreender os papéis sociais apresentados pela sociedade como atribuições e construção social, percebendo o cuidado e a justiça como fatores morais importantes na vida do homem e da mulher. No entanto, deixam transparecer em suas falas que o contexto social onde estiveram inseridas possui uma cultura de inversão de alguns valores no cuidado com as crianças. A situação de vulnerabilidade social a que foram submetidas estas mulheres nem sempre lhes é consciente. Parece que se acostumaram com a falta, salta aos olhos a evidência que a forma com que viveram lhes parece natural. E comparada à situação precária do Sistema Penitenciário, somente a vantagem da liberdade lhes parece suficiente para a supervalorização de sua condição anterior à prisão.

A situação de cuidado apresentada revela seus sentimentos e percepções acerca da infância, evidenciando terem vivido situações de maus tratos, abusos e abandono propiciados pelos adultos cuidadores/as e aí estão inclusas a escola e a sociedade. Nos papéis dos adultos cuidadores a que foram submetidas, está expressa a atrofia social e crise de valores no cuidado e educação propiciados às crianças e adolescentes.

Os riscos e situações de vulnerabilidade são encarados como naturais à postura dos adultos, é se deixar levar pelo contexto, pela cultura local, violência, prostituição, gravidez precoce, dentre outros. Há a aceitação pré-estabelecida de seguir aos determinantes da falta de expectativa de vida diferente, se reproduz a constância da realidade do contexto, de seu microssistema comunidade.

A situação de cuidado compreendida pela instituição carcerária é expressa por situações de descuidos, pelas situações adversas a que estão submetidas, principalmente pela demora na liberação após o cumprimento da medida, pelo rompimento com os vínculos afetivos e familiares,

escassez e deficiência no atendimento técnico especializado (psicológico, psiquiátrico, odontológico, ginecológico, jurídico, assistência social, escolarização e profissionalização).

A discriminação estabelecida, a sobrecarga que sociedade impõe à mulher, delegando quase que exclusivamente a ela a responsabilidade e os cuidados com as/os filhas/os aparecem nas mulheres presas pesquisadas, que por sua condição vulnerável, sujeitam a outra geração (filhos/as) aos riscos, violências e discriminações sociais: negligenciam-se os direitos humanos básicos. A maioria dos presídios não está preparada para o abrigo de crianças e as especificidades das mulheres. As condições apresentadas nesta pesquisa com as mulheres encarceradas apontam para a estruturação de espaços prisionais apropriados às condições e necessidades femininas previstas em lei, incluindo aí a gestação, maternagem das encarceradas e o cuidado com seus/as filhos/as. A necessidade de criar espaço específico e próprio às mulheres é um direito na construção da cidadania, assegurando à dignidade e os direitos a igualdade, cuidados e justiça social. As percepções em relação à discriminação por ser mulher, trazem o estigma social da desvalia ainda maior pela prostituição, pela condição de presa. A superação da herança histórica e cultural do moralismo em relação à prisão de mulheres é necessária e fundamental para que se estabeleça o mínimo de condições de igualdade e equidade; possibilitar o direito de pensar por si só, decidir e ser pessoa. Muito além dos muros e grades, a superação do sentimento e emoções de desvalia, sobrecarga e discriminações pela condição de gênero demonstrada nos relatos apresentam aspectos de violência sofrida em sua infância e adolescência: estupro por pessoas próximas e queridas, espancamento, prostituição, sobrecarga e desespero em prover sozinha os cuidados com os/as filhos/as. É fundamental que a sociedade como um todo enxergue a violência invisibilizada nas relações diárias. Reafirmamos aqui que, ao mesmo tempo em que estas mulheres são condenadas pelo crime que cometeram, são vítimas de violências anteriores. Elas precisam, em seu período de privação de liberdade, de ter o direito assegurado ao atendimento psicológico para refazer as dores e violações sofridas, amenizar e contornar a quebra dos vínculos afetivos com filhos/as e família, precisam de tratamento e acompanhamento das DSTs e outras doenças adquiridas pela vida pregressa na prostituição, drogadição e desinformação vividas.

O respaldo científico encontrado nas teorias da ética da justiça (Kohlberg,1989), da ética do cuidado (Gilligan,1990) e Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner,1996) nos abriu espaço para repensar o Sistema Penitenciário, buscando contribuir para as novas possibilidades e oportunidades de construção de políticas públicas voltadas a este público excluído desde antes do seu encarceramento; repensar o modelo de sociedade que está posta e que notoriamente não tem dado certo, fato esse provado pelas estatísticas estarrecedoras do crescimento da violência. Esta pesquisa buscou contribuir na reflexão, construção e sistematização de conhecimentos no campo da ética do cuidado e ética da justiça na perspectiva da discriminação de gênero dentro do Sistema Penitenciário.

Podemos aqui, diante de tantos dados, de tantas reflexões e apontamentos, afirmar que a ética do cuidado está na natureza e na constituição humana, como afirmou La Barre (1673), Gilligan (1982), Boff (1999). Sem o cuidado, o ser humano deixa de ser humano. Qualquer forma de vida e principalmente a existência humana, sem os cuidados do nascer a todas as suas fases de existência, desestrutura, define, perde o sentido e morre. Tudo o que o ser humano empreender necessita cuidado; portanto, o cuidado está na essência humana e não só no feminino. Como afirma Heidegger (1889-1976), cuidado significa um fenômeno ontológico existencial básico, é um fenômeno possibilitador e essencial da existência humana enquanto humana (*apud* Boff, 1999, p. 89).

A ética do cuidado implica, portanto, na superação da dominação dos sexos: o machismo de um lado e o feminismo excludente de outro. Exige inventar relações que propiciem manifestar as diferenças, propiciar a humanização do ser humano através da ética do cuidado. Assim, a ética do cuidado traduzida por cuidar da vida, cuidar do conjunto das relações, chegando ao estado de pessoas amadurecidas, autônomas, sábias e plenamente livres. Negar a essência do cuidado é tornar-se cruel consigo mesmo, é o embrutecimento das relações, a desumanização do ser humano, independente do gênero e independente dos muros e grades.

6. Referências Bibliográficas

Aguiar, W. M. J y Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia, Ciência e Profissão*. [online], 26, (2), 222-245. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf>

- Añaños, F. T. (2010). Mujeres presas y su relación com las drogas. Implicaciones desde la educación social. In F.T. Añaños (Coord.). *Las mujeres en las prisiones: la educación social en contextos de riesgo y conflicto*. Barcelona: Gedisa.
- Brasil. (2008). Grupo de trabalho interministerial, *Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino*. Presidência da República, Secretaria Especial de políticas para mulheres. Brasília.
- Boff, Leonardo. 1999. *Saber Cuidar- ética do humano*. Petrópolis, Rj: Vozes.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- (2011) *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Falcade-Pereira, I. (2013). *Ética do cuidado X ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade. Dissertação de Mestrado*. Curitiba: Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.
- Gilligan, C. (1990). *Uma voz diferente*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva AS.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Julião, E. (2009). *A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ.
- Koller, S.H. (2004, 2011). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- OEA (2007). *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. Cfr. o site: http://www.funap.sp.gov.br/legislacao/manual/Manual_de_proc_reg_interno.pdf
- Onofre, E. (2007). *Educação atrás das grades*. São Carlos: UFSCAR.
- Pérez, V. (2010).Espacio carcelario/espacios educativos. En F.T. Añaños (Coord.). *Las mujeres en las prisiones: la educación social en contextos de riesgo y conflicto*. Barcelona: Gedisa.
- Santa Rita, R. (2007). *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana*. Dissertação de mestrado, UNB. Brasília: Ministério da Justiça.